



CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ÍNDICE

- 1 - PREÂMBULO
- 2 - DO OBJETO
- 3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
- 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO
- 6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 7 - DO REAJUSTAMENTO
- 8 - DO CREDENCIAMENTO
- 9 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 10 - DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 12 - DA HABILITAÇÃO
- 13 - DOS RECURSOS
- 14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 15 - DO CONTRATO
- 16 - DO EVENTUAL AUMENTO OU SUPRESSÃO
- 17 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO
- 18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 19 - DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL
- 20 - DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL



1 – PREÂMBULO

PROCESSO Nº 48/2016

OBJETO: assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema

MODALIDADE LICITATÓRIA: pregão presencial

TIPO: menor preço global

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 18 de fevereiro de 2016

HORÁRIO DE INÍCIO DO CERTAME: 15h00min (quinze horas)

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sala de reuniões, localizada no andar térreo da área administrativa da Câmara Municipal de Saquarema, situada na Rua Coronel Madureira nº 88, Centro, Saquarema – RJ.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 854, de 12 de dezembro de 2012, da Câmara Municipal de Saquarema – RJ, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelo Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

2 - DO OBJETO

2.1 - Assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema, conforme estabelecido no PROJETO BÁSICO – ANEXO A do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação que decorrer desta licitação será de 12 (doze) meses contínuos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data de celebração do instrumento contratual.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - **Somente poderão participar deste pregão pessoas jurídicas especializadas na área contábil, devidamente constituídas nos termos legais e cadastradas no órgão ou conselho de classe competente; ou contadores ou técnicos em contabilidade, desde que legalmente**



estabelecidos na condição de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou microempreendedor individual, assim cadastrados no órgão ou conselho de classe competente que:

4.1.1 - estejam legalmente estabelecidas(os) e especializadas(os) na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social ou instrumento equivalente nos termos legais, bem como pela carteira profissional expedida pela entidade de classe competente, em nome dos contadores ou técnicos em contabilidade que atuarão como representantes da licitante em caso de pessoa jurídica de responsabilidade coletiva especializada no ramo contábil; ou em nome próprio em caso de contador ou técnico em contabilidade na condição de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou microempreendedor individual, devidamente estabelecidos; observada, sobretudo, a regra expressa no art. 18-E, e, notadamente, no § 4.º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

4.1.2 - comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;

4.2 - Não poderão participar deste pregão aqueles que estejam inseridos numa das hipóteses abaixo:

4.2.1 - suspensos temporariamente pela Câmara Municipal de Saquarema, nos termos do inciso III, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93;

4.2.2 - já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.2.3 - em consórcio ou grupo de empresas;

4.2.4 - que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.2.5 - Não será permitida, neste pregão, a participação de licitante que seja ou possua em seus quadros servidor ou agente político da Câmara Municipal de Saquarema, ou qualquer vínculo com os mesmos, observando, para tanto, o disposto no artigo 9.º, § 3.º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

5 - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1 - O preço total estimado pela Administração para a contratação do objeto deste edital é de R\$ 102.201,00 (cento e dois mil e duzentos e um reais), conforme os valores constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital.



6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do exercício de 2016, compromissada pela Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho 01.031.0079.2162.0000 e pela Natureza de Despesa 3.3.90.39.00, e eventual saldo a correr pelo orçamento do exercício imediatamente seguinte, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa serão consignados no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente.

7 - DO REAJUSTAMENTO

7.1 - Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, salvo as hipóteses previstas em lei para fins de readequação do equilíbrio econômico-financeiro da futura relação contratual a ser instituída.

8 - DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Os eventuais participantes poderão ser representados na sessão do pregão por seu representante legal, MUNIDO DO ORIGINAL E DE CÓPIA DA SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE, OU DE OUTRA EQUIVALENTE, e do documento credencial que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.1.1 - A documentação mencionada acima deverá ser entregue ao pregoeiro fora de qualquer envelope, antes do início da sessão.

8.1.2 - Entende-se por documento credencial:

a. estatuto/contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; ou certificado comprovando a inscrição do contador ou técnico em contabilidade como microempresendedor individual, quando se tratar desta hipótese.

b. procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste pregão, juntamente com estatuto/contrato social, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento.

8.1.3 - As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.



8.1.4 - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

8.1.5 - Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos de credenciamento. A ausência desta documentação implicará na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, ficando o representante da licitante (no caso, o mero portador das propostas) impedido de se manifestar durante os trabalhos.

8.1.6 - Declaração de ME, EPP ou MEI

8.1.6.1 - As licitantes, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4.º do art. 3.º da referida Lei (conforme modelo constante do ANEXO V).

8.1.7 - Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao pregoeiro ou a um dos membros da equipe de apoio dispensa a autenticação em cartório.

9 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a comissão de pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representantes que:

9.1.1 - **apresentarão, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do ANEXO IV**, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17.07.02, e do art. 29, I, da Resolução n.º 854, de 12.12.2012, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo;

9.1.2 - **entregarão, em envelopes opacos, tamanho A4 ou ofício, distintos “A” e “B” e devidamente lacrados**, nos termos abaixo, a proposta de preços e os documentos exigidos para a habilitação, respectivamente, **constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente**.

9.1.2.1 - No envelope contendo a proposta de preços, devem ser colocados os seguintes dados:



**ENVELOPE “A”
“PROPOSTA DE PREÇOS”
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016**

9.1.2.2 - No envelope contendo a documentação, devem ser colocados os seguintes dados:

**ENVELOPE “B”
“DOCUMENTAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016**

9.1.2.3 - Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

**À CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
A/C do Pregoeiro
Rua Coronel Madureira n° 88, Centro, Saquarema – RJ, CEP 28.990-000**

9.1.3. A presença de alguma das indicações expostas acima, na parte externa do(s) envelope(s) – desde que devidamente lacrado(s) –, contendo mínima informação que já possibilite a correta identificação da licitação a que se refere será aceita pela Comissão Permanente de Pregão, em especial pelo Pregoeiro, cabendo o recebimento do(s) envelope(s), como relevação de mero erro formal e em enaltecimento do princípio da competitividade.

9.2 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta de preços das licitantes – à qual poderá ser concedida tolerância de até 10 (dez) minutos, desde que devidamente registrada em ata –, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.3 - Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

9.4 - Após a fase de credenciamento das licitantes, o pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a conseqüente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

9.5 - No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



10 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 - O envelope “A”, com o título “PROPOSTA DE PREÇOS”, deverá conter:

10.1.1 - a proposta de preços da licitante, no impresso padronizado fornecido pela Administração (ANEXO I), o qual também poderá ser fornecido em meio digital (arquivo de texto em formato editável), conforme disposto no subitem 20.13 deste edital, ou em documento elaborado pela licitante que contenha as informações pertinentes para a correta identificação do objeto, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

10.1.1.1 - identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone ou fac-símile (fax), endereço e dados bancários (a falta de informação, na proposta de preços, do número de telefone/e ou fax e dados bancários da licitante, não impedirá o seu recebimento pelo pregoeiro, desde que informados os demais dados solicitados);

10.1.1.2 - descrição dos serviços de assessoria técnica contábil ofertados, de acordo com o PROJETO BÁSICO – ANEXO A do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II do edital;

10.1.1.3 - indicação da correspondência ao valor mensal e total geral, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;

10.1.1.4 - indicação do prazo de validade da proposta de preços, que será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro;

10.1.1.4.1 - se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Poder Público licitante, este poderá solicitar à licitante vencedora a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.2 - As propostas de preços que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

10.2.1 - se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.2.2 - se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

10.2.3 - se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;



10.2.4 - caso a licitante não aceite as correções realizadas em razão das discrepâncias ou erros matemáticos referidos nos subitens supra, sua proposta de preços será desclassificada.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos máximos de prestação dos serviços de assessoria, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.

11.2 - Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.

11.3 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.

11.4 - Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro, sujeitando o licitante às sanções administrativas previstas neste edital, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

11.5 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

11.6 - O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

11.7 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

11.8 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

11.9 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas, cujo preço global seja superior ao estimado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital.



11.9.1 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do encerramento da etapa competitiva.

11.10 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

11.11 - Caso a licitante vencedora desatenda às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

11.12 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelos representantes e ou credenciados das licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a ausência de licitante naquele momento, será circunstanciada em ata.

11.13 - O pregoeiro manterá em seu poder, cuja guarda será da responsabilidade da Assessoria Geral de Administração da Câmara Municipal de Saquarema, os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

11.14 - Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “B”, com o título “DOCUMENTAÇÃO”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.

12.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1 - cédula de identidade e certificado da condição de microempreendedor individual, em se tratando de microempreendedor individual;



12.2.2 - registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

12.2.3 - registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

12.2.4 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

12.2.4.1 - caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração;

12.2.5 - cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

12.3 - DA REGULARIDADE FISCAL

12.3.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

12.3.2 - certidão emitida pela Fazenda Municipal comprovando a regularidade no que pertine ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); ou certidão emitida pela Fazenda Estadual comprovando a regularidade no que pertine ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado; No presente caso, será exigida do proponente, nos termos deste subitem, a certidão relativa ao ISSQN;

12.3.3 - certidão conjunta (unificada) negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;

12.3.4 - certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

12.3.5 - certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas;

12.3.6 - A comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. No entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição.



12.3.6.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa, empresa de pequeno porte, empresário ou microempreendedor individual adjudicatário deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Poder Público licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.6.2 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 - registro ou inscrição dos profissionais de contabilidade, comprovado pela cópia da carteira profissional expedida pela entidade de classe competente em nome dos contadores ou técnicos em contabilidade que atuarão como representantes da licitante em caso de pessoa jurídica de responsabilidade coletiva especializada no ramo contábil; ou em nome próprio em caso de contador ou técnico em contabilidade na condição de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou microempreendedor individual, devidamente estabelecidos; observada, sobretudo, a regra expressa no art. 18-E, e, notadamente, no § 4.º, da Lei Complementar n.º 123/2006¹.

12.4.2 - o proponente, na condição de organização contábil, deverá comprovar, ainda, o seu registro cadastral na entidade profissional competente, mediante a apresentação de cópia do alvará e da certidão de regularidade cadastral emitidos pelo Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando ter condições de prestar suas atividades, nos termos do que estabelece a Resolução CFC n.º 1.390, de 30 de março de 2012².

12.4.3 - comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente edital, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, demonstrando a anterior e satisfatória prestação de serviços de assessoramento na área de contabilidade pública.

¹ Lei Complementar n.º 123/2006, art. 18-E, § 4.º, *verbis*: “É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica.”

² Resolução n.º 1.390/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, *verbis*: “Art. 1º As Organizações Contábeis que exploram serviços contábeis são obrigadas a obter o Registro Cadastral no Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição da sua sede, sem o que não poderão iniciar suas atividades.”



12.5 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

12.5.1 - Declaração firmada pela(o) licitante nos termos do modelo que integra o ANEXO III deste edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

12.5 – DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

12.5.1 - Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos das licitantes.

12.5.2 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Saquarema, localizado no andar térreo da parte administrativa da CMS, situado na Rua Coronel Madureira nº 88, Centro, Saquarema – RJ, das 13h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

13.5 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos à Presidência da Câmara Municipal de Saquarema, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada, com apoio em parecer de sua Assessoria Jurídica.

13.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Presidência da Câmara Municipal de Saquarema adjudicará o objeto e



homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a Câmara Municipal de Saquarema, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à empresa adjudicatária, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, e, em especial, as seguintes sanções:

14.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços de assessoria técnica, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

14.1.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do presente contrato, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento).

14.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Câmara Municipal de Saquarema rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

14.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à empresa adjudicatária (no que for aplicável à natureza e características do objeto licitado) ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2.º e 3.º do art. 86 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Câmara Municipal de Saquarema de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.



15 - DO CONTRATO

15.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Presidente da Câmara Municipal de Saquarema, a Assessoria de Administração, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a licitante vencedora para a assinatura do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VI deste edital.

15.1.1 - Quando do comparecimento do adjudicatário para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

15.2 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.3 - Como condição para celebração do contrato, o(a) licitante vencedor(a) deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, prosseguindo-se esta obrigação durante toda a relação a ser estabelecida.

15.4 - Caso a licitante vencedora descumpra o estabelecido neste item, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.4.1 – No caso do subitem anterior, serão convocadas por ordem de classificação as demais licitantes, para, após ser feita a nova negociação, comprovar os requisitos de habilitação, assinar o contrato.

15.5 - Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

16 - DO EVENTUAL AUMENTO OU SUPRESSÃO

16.1. No interesse da Câmara Municipal de Saquarema, o objeto deste ato convocatório poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente pretendida, tendo por base o valor inicial atualizado do contrato a ser celebrado ou da proposta vencedora do certame. Facultados acréscimos ou supressões além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1.º e 2.º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.



17 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 - A prestação mensal do objeto licitado, conforme explicitado no item 2 supra, segundo as especificações, quantitativos, prazos e demais parâmetros delineados no PROJETO BÁSICO – ANEXO A do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital (e vinculada, ainda, pelos termos constantes da proposta vencedora) deve ser iniciada nos termos do subitem 3.1 supra.

17.2 - Executado, mensalmente, o objeto a ser contratado nos termos do subitem 17.1 supra, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias, contados da respectiva entrega da(s) Nota(s) Fiscal(is), ou outro documento fiscal oficial comprobatório (quando àquela não for legalmente exigida ou puder ser validamente substituída para efeitos fiscais), devidamente atestado(s) por, no mínimo, 02 (dois) servidores da Câmara Municipal de Saquarema.

17.3 - O recebimento provisório ou definitivo pela Câmara Municipal de Saquarema não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este edital.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - Os documentos fiscais de cobrança, a serem entregues à Assessoria de Administração da CMS, deverão ser emitidos contra a CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, CNPJ/MF nº 27.792.290/0001-00, com sede na Rua Coronel Madureira n.º 88, Centro, Saquarema – RJ.

18.2 - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Saquarema, de acordo com a prestação mensal dos serviços de assessoria, nos termos do item 17 supra, mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA ou por meio de ordem de pagamento à vista (cheque), no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do documento fiscal de cobrança, após a apresentação da respectiva documentação junto à Assessoria de Administração da CMS.

18.3 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Câmara Municipal de Saquarema, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.4 - O pagamento do acréscimo a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal de Saquarema, nos autos do próprio processo em que se der a formalização da contratação, após a devida informação e confirmação sobre a situação geradora do atraso por parte da Administração.



18.5 - Caso a Câmara Municipal de Saquarema antecipe o pagamento da CONTRATADA, será descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

18.6 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local e prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores.

18.7 - No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF n.º 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

18.8 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, ficará suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

19 - DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

19.1 - Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;

19.2 - Anexo II - Termo de Referência;

19.2.1 - Anexo A - Projeto Básico;

19.3 - Anexo III - Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;

19.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

19.5 - Anexo V - Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI;

19.6 - Anexo VI - Modelo de Carta de Credenciamento;

19.7- Anexo VII - Minuta do Contrato.

20 - DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

20.1 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos (preferencialmente em



papel timbrado da licitante), registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro ou a um dos membros da equipe de apoio dispensa a autenticação em cartório.

20.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser requeridos por escrito ou pelo telefone, através do n.º (22) 2654-9432, ramal 206, à Assessoria de Administração da CMS, situada na Rua Coronel Madureira n.º 88, Centro, Saquarema – RJ, das 13h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

20.3 - As impugnações interpostas deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Saquarema, localizado no andar térreo da parte administrativa da CMS, situado na Rua Coronel Madureira n.º 88, Centro, Saquarema – RJ, das 13h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas à Assessoria de Administração Geral, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

20.4 - Caberá à Assessoria de Administração Geral responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, o que poderá ser efetivado na própria página institucional da CMS, no sítio eletrônico www.saquarema.rj.leg.br.

20.5 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação, bem como dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações, poderá ser feito através da página institucional da CMS, no sítio eletrônico acima indicado.

20.6 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

20.7 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições contidas no art. 23 e seus parágrafos da Resolução n.º 854, de 12 de dezembro de 2012, da Câmara Municipal de Saquarema – RJ.

20.8 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada na imprensa oficial utilizada pela Câmara Municipal de Saquarema.



20.9 - Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao microempreendedor individual – MEI, nos termos do § 2.º, art. 18E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

20.9.1 - Havendo o expresse reconhecimento legal da figura do microempreendedor individual – MEI como Organização Contábil, nos termos da Resolução CFC n.º 1.390/2012, e em observância ao teor do que prescreve o § 4.º do art. 18-E da Lei Complementar n.º 123/2006, fica vedada a imposição de restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação nesta licitação, em função da sua respectiva natureza jurídica.

20.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.11 - Os casos omissos e erros formais serão resolvidos pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio.

20.12 - As cópias, em meio impresso, deste edital e de seus anexos poderão ser obtidas na Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema, situada na Rua Coronel Madureira n.º 88, Centro, Saquarema, RJ, nos dias úteis, das 13:00 às 17:00 horas.

20.13 - Com o intuito de manter a padronização (com vistas, sobretudo, a melhor visualização por parte da Comissão Permanente de Pregão e consequente otimização na apreciação da conformidade das propostas com as especificações previstas no termo de referência e ou no projeto básico) e facilitar o preenchimento dos respectivos campos pelos interessados em participar da licitação, os modelos padrões da proposta de preços, das declarações e da carta de credenciamento, dispostos, respectivamente, nos anexos I, III, IV, V e VI poderão ser disponibilizados em meio digital, sendo permitida a manutenção dos padrões dos caracteres, fontes e formatação em geral, constantes de tais modelos, ou sua livre modificação, desde que observadas às exigências para a correta identificação do proponente, conforme exposto nos itens 9 e 10 deste edital. Tais modelos padrões, disponíveis em arquivos digitais de texto editáveis (formato .odt ou .odf – padrão de uso livre utilizado por diversos softwares livres classificados como suítes de escritório ou editores de texto), poderão ser obtidos na própria Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema ou no sítio eletrônico www.saquarema.rj.leg.br, no link relativo à licitação em referência. O texto integral do presente edital também poderá ser obtido na forma e no modo ora indicados.



20.14 - A Câmara Municipal de Saquarema e os licitantes do certame em tela elegem o foro da Comarca de Saquarema – RJ como o competente (com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja) para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Saquarema, 29 de janeiro de 2016.

Joubert Pureza Domingues³
Assistente Parlamentar
Matrícula n.º 944.9

³ Designado para “exercer, conjuntamente, às atribuições inerentes à Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema, sem prejuízo do exercício destas por parte dos servidores lotados na mesma”, conforme Portaria n.º 19/2015, publicada no Jornal da Região Leste Fluminense, edição n.º 2881, de 22 de março de 2015, p. 7.



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
Assessoria de Administração Geral

Pregão Presencial n.º 01/2016
A realizar-se em 18/02/2016 às 15:00
horas.
Processo n.º 48/2016

A(O) licitante ao lado e abaixo identificada(o) se propõe a prestar, à Câmara Municipal de Saquarema – RJ, o objeto deste edital (conforme discriminado no Projeto Básico – Anexo A do Termo de Referência – Anexo II), pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

CARIMBO (razão social, endereço e CNPJ)

ASSESSORIA CONTÁBIL				
Item	Descrição do objeto	Período (meses) da prestação dos serviços	Valor Mensal	Preço Total
único	Assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema	12	R\$	R\$
Total Geral				R\$

PROPOSTA que faz, à Câmara Municipal de Saquarema, a empresa, empresário ou microempreendedor individual _____, inscrita(o) no CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida(o) na



_____, para a assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema, pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações e condições contidas no Projeto Básico – Anexo A do Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2016, segundo os preços contidos na presente e observadas as demais condições a seguir.

1 - DO PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1 - O preço total ofertado é de R\$ _____ (_____).

1.2 - O preço ofertado já inclui todos os custos diretos ou indiretos, seja com deslocamento, alimentação, estadia, tributos (tais como taxas, impostos e contribuições fiscais), seguros, encargos sociais, administrativos, trabalhistas e ou previdenciários, contribuições parafiscais e outros encargos que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2016.

2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - O prazo de vigência da contratação que decorrer desta licitação será de 12 (doze) meses contínuos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data de celebração do instrumento contratual.

3 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1 - O prazo de validade desta proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro, na sessão de abertura designada nos termos do Edital de Pregão em referência, observando-se, na contagem do prazo, o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Local e data.

CARIMBO (razão social, endereço e CNPJ) e ASSINATURA



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema, pelo período de 12 meses.

2 – PREÇOS ESTIMADOS

ASSESSORIA CONTÁBIL				
Item	Descrição do objeto	Período (meses) da prestação dos serviços	Valor Mensal Médio Estimado	Valor Total Médio Estimado
único	Assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema	12	R\$ 8.516,75	R\$ 102.201,00
Total Estimado				R\$ 102.201,00

2.1 - O preço total estimado pela Administração para a contratação do objeto do edital é de R\$ 102.201,00 (cento e dois mil e duzentos e um reais).

3 – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO LICITADO:

3.1 - As especificações a seguir relacionadas têm por objetivo fornecer parâmetros e informações às empresas proponentes para o conhecimento dos serviços a serem executados.

3.2 - Assessoria quanto à compatibilização entre os registros da contabilidade e do SIGFIS implantando pela Corte de Contas do Estado do Rio de Janeiro, instruções às rotinas aplicadas referentes à alimentação dos módulos informes mensais e LRF do SIGFIS, assessoria aos setores competentes da Câmara Municipal de Saquarema – RJ quanto à elaboração das prestações de contas do ordenador de despesas e tesoureiro, responsável por bens em almoxarifado e responsável por bens patrimoniais, sujeitas à análise e revisão por parte do controle interno, propiciando a oportuna emissão do certificado de auditoria.



4 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A prestação dos serviços descritos no subitem 1.1 e detalhados no subitem 3.2 supra, dar-se-á na forma estabelecida no PROJETO BÁSICO - ANEXO A deste termo.

5 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

5.1 – DA EMPRESA CONTRATADA

5.1.1 - Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

5.1.2 - Ser a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal de Saquarema – CMS ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante.

5.1.3 - Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

5.1.4 - Manter, durante a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.1.5 – Credenciar junto à Câmara Municipal de Saquarema funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções dos responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações durante a execução contratual.

5.1.6 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à Câmara Municipal de Saquarema ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

5.1.7 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Câmara Municipal de Saquarema.



5.2 – DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

5.2.1 - Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de funcionário da Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema.

5.2.2 - Designar servidores da CMS para acompanhar e fiscalizar o objeto do presente edital e para atestar o recebimento do objeto, nos termos do edital.

5.2.3 - Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para a CMS ou modificação das obrigações.

5.2.4 - Efetuar o pagamento à(ao) contratada(o) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

5.2.5 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto adjudicado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.6 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

6 – FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 - O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto deste edital caberão aos servidores a serem designados para tanto e a Assessoria de Administração Geral, que determinarão(á) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, nas suas faltas ou impedimentos, aos seus substitutos.

6.2 - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo nº 48/2016 e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CMS ou modificação da contratação.

6.3 - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da CMS deverão ser solicitadas formalmente pela empresa contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

6.4 - A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.



6.5 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratual, às implicações próximas e remotas perante a Câmara Municipal de Saquarema – CMS ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do objeto licitado e adjudicado não implicará corresponsabilidade da CMS ou de seus prepostos, devendo, ainda, a empresa contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Poder Público licitante, dos prejuízos apurados e imputados a falhas na execução do objeto adjudicado.

Saquarema, 29 de janeiro de 2016.

Joubert Pureza Domingues⁴
Assistente Parlamentar
Matrícula n.º 944.9

⁴ Designado para “exercer, conjuntamente, às atribuições inerentes à Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema, sem prejuízo do exercício destas por parte dos servidores lotados na mesma”, conforme Portaria n.º 19/2015, publicada no Jornal da Região Leste Fluminense, edição n.º 2881, de 22 de março de 2015, p. 7.



PROJETO BÁSICO – ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

1 – INTRODUÇÃO E OBJETO

1.1 - De modo a atender ao disposto no artigo 7.º, § 2.º, I, da Lei Federal n.º 8.666/93, elabora-se o presente PROJETO BÁSICO, que estabelece as especificações necessárias à assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema, pelo período de 12 meses.

2 – PREÇOS ESTIMADOS

ASSESSORIA CONTÁBIL				
Item	Descrição do objeto	Período (meses) da prestação dos serviços	Valor Mensal Médio Estimado	Valor Total Médio Estimado
único	Assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema	12	R\$ 8.516,75	R\$ 102.201,00
Total Estimado				R\$ 102.201,00

2.1 - O preço total estimado pela Administração para a contratação do objeto do edital é de R\$ 102.201,00 (cento e dois mil e duzentos e um reais).

3 – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇOS:

3.1 - As especificações a seguir relacionadas têm por objetivo fornecer parâmetros e informações aos proponentes para o conhecimento dos serviços a serem executados.

3.2 - Assessoria quanto à compatibilização entre os registros da contabilidade e do SIGFIS implantando pela Corte de Contas do Estado do Rio de Janeiro, instruções às rotinas aplicadas referentes à alimentação dos módulos informes mensais e LRF do SIGFIS, assessoria aos setores competentes da Câmara Municipal de Saquarema – RJ quanto à elaboração das prestações de contas do ordenador de despesas e tesoureiro, responsável por bens em almoxarifado e responsável por



bens patrimoniais, sujeitas à análise e revisão por parte do controle interno, propiciando a oportuna emissão do certificado de auditoria.

4 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A prestação dos serviços descritos no subitem 1.1 e detalhados no subitem 3.1 supra, dar-se-á na forma estabelecida no presente PROJETO BÁSICO.

4.2 - A carga horária mínima a ser cumprida pelo prestador de serviços será de 60h (sessenta horas) mensais, com previsão de 15h (quinze horas) semanais, cumpridas nas dependências e dentro dos dias e do horário de expediente da CMS.

4.3 - A prestação dos serviços em tela, cabíveis à futura organização contábil adjudicatária/contratada deverá ser desempenhada por profissionais devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Contabilidade competente, observadas as regras e diretrizes estabelecidas na Resolução CFC n.º 560/1983 e demais diplomas normativos aplicáveis.

4.4 - Deverão ser observadas pela contratada, no que couber, as determinações contidas na Lei Federal n.º 9.613/98 e suas alterações e, especificamente, na Resolução CFC n.º 1.445/2013, o que constará do futuro contrato a ser oportunamente celebrado.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1 - Toda disciplina referente às obrigações, direitos e deveres de ambas as partes da relação contratual a ser estabelecida, bem como os parâmetros delineados para a fiscalização e gerenciamento da execução contratual encontram-se devidamente expostos, respectivamente, nos itens 5 e 6 do Termo de Referência do qual faz parte integrante o presente Projeto Básico – Anexo A.

Saquarema, 29 de janeiro de 2016.

Joubert Pureza Domingues⁵
Assistente Parlamentar
Matrícula n.º 944.9

⁵ Designado para “exercer, conjuntamente, às atribuições inerentes à Assessoria de Administração Geral da Câmara Municipal de Saquarema, sem prejuízo do exercício destas por parte dos servidores lotados na mesma”, conforme Portaria n.º 19/2015, publicada no Jornal da Região Leste Fluminense, edição n.º 2881, de 22 de março de 2015, p. 7.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Referente: Pregão Presencial n.º 01/2016

....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra.), portador(a) da carteira de identidade n.º, expedida pelo, e do CPF n.º declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local e data

CARIMBO (razão social, endereço e CNPJ) e ASSINATURA



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Referente: Pregão Presencial n.º 01/2016

....., inscrita
no CNPJ/MF sob o n.º....., estabelecida na
....., vem, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(Sra.), portador(a) da carteira de
identidade n.º, expedida pelo, e do CPF n.º, em atenção
ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar, sob as penas da
legislação aplicável, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a
habilitação na Licitação acima referida, realizada pela Câmara Municipal de
Saquarema – RJ.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de
contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos
impeditivos de sua habilitação, assim como encontra-se ciente da obrigatoriedade
de declarar ocorrências posteriores que a inabilitem para o certame.

Ressalva: () desejo usufruir da prerrogativa do art. 43 da Lei Complementar
n.º 123/06.

Local e data

CARIMBO (razão social, endereço e CNPJ) e ASSINATURA



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI

Referente: Pregão Presencial n.º 01/2016

....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, vem, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(Sra.), portador(a) da carteira de identidade n.º e do CPF n.º, declarar, sob as penas da Lei, que é(microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual)....., cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como tal e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

CARIMBO (razão social, endereço e CNPJ) e ASSINATURA



ANEXO VI

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Referente: Pregão Presencial n.º 01/2016

Pelo presente, fica credenciado o(a) Sr.(Sra.),(nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão e residência ou domicílio no país), portador(a) da carteira de identidade n.º, expedida pelo, e do CPF n.º, para representar a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, na licitação em epígrafe, a ser realizada pela Câmara Municipal de Saquarema – RJ, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, realizar lances verbais, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto a sua desistência.

Local e data

Assinatura do representante legal da licitante
(COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

Obs.: A carta de credenciamento, a ser impressa preferencialmente em papel timbrado da licitante, deverá ser assinada pelo representante legal da mesma, que tenha poderes para constituir mandatário.



MINUTA

(Aprovada pela
Assessoria Jurídica)

ANEXO VII

CONTRATO n.º/.....

CONTRATO TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE (.....) MESES, DE ASSESSORIA TÉCNICA EM SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, ASSESSORIA TÉCNICA EM ANÁLISE CONTÁBIL NOS REGISTROS DO SIGFIS E ASSESSORIA TÉCNICA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 27.792.290/0001-00, com sede na Rua Coronel Madureira n.º 88, Centro, Saquarema – RJ, neste ato representada por seu Excelentíssimo Presidente, Sr(Sra.), portador(a) da cédula de identidade n.º, expedida pelo, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º, domiciliado(a) neste Município, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, estabelecida na, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. (Sra.), portador(a) da cédula de identidade n.º, expedida pelo, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem, consensualmente (a partir do procedimento licitatório levado a efeito nos autos do Processo Administrativo n.º/....., com vinculação aos termos do Edital de Pregão Presencial n.º/..... e na proposta vencedora), celebrar o presente contrato, o qual se submete aos princípios, normas e regras dispostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, observadas as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a assessoria técnica em serviços de contabilidade, assessoria técnica em análise contábil nos registros do SIGFIS e assessoria técnica à prestação de contas da Câmara Municipal de Saquarema, de acordo com o discriminado no Projeto Básico – Anexo A do Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão Presencial n.º/....., levado a efeito nos autos do Processo Administrativo n.º/.....



CLÁUSULA SEGUNDA – DA REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

O objeto deste contrato, conforme previsto na cláusula primeira acima, será realizado, de forma contínua, pela CONTRATADA e inclui o assessoramento quanto à análise da compatibilização entre os registros da contabilidade e do SIGFIS implantando pela Corte de Contas do Estado do Rio de Janeiro, instruções às rotinas aplicadas referentes à alimentação dos módulos informes mensais e LRF do SIGFIS, assessoria aos setores competentes da Câmara Municipal de Saquarema – RJ quanto à elaboração das prestações de contas do ordenador de despesas e tesoureiro, responsável por bens em almoxarifado e responsável por bens patrimoniais, sujeitas à análise e revisão por parte do controle interno, propiciando a oportuna emissão do certificado de auditoria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de (.....) meses contínuos, e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data de sua celebração. *Iniciando-se, portanto, em de de e encerrando-se em de de*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

O presente contrato é celebrado pelo valor de R\$ (.....), correspondendo ao pagamento mensal de R\$ (.....) pelo prazo de vigência previsto na cláusula terceira acima.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA

A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta da seguinte dotação orçamentária, assim classificada e discriminada:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Natureza da Despesa:

Nota de Empenho:

Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s)/nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONTRATADA.



CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO RECEBIMENTO DE SEU OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas ora avençadas, observando-se, sobretudo, os termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial que lhe sejam imputadas.

Parágrafo único. O objeto contratual, considerar-se-á realizado, mensalmente, com o devido ateste aposto por dois servidores da Câmara Municipal de Saquarema na(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONTRATADA, após a confirmação da efetiva prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a CONTRATANTE exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre o objeto contratual, em todos os seus aspectos e sobretudo no que pertine ao preço, prazo, quantitativo e qualitativo (em todas as suas especificações, conforme previstas no instrumento convocatório e detalhadas na apuração da proposta vencedora) e do comportamento do pessoal da CONTRATADA (sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados), o que será efetuado por servidor designado da Câmara Municipal de Saquarema – RJ.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

A existência e atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto ora contratado, suas consequências e eventuais supressões e ampliações próximas ou remotas, observados os limites legalmente permitidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento do fornecimento do objeto e ou da execução contratual por órgão da Administração.

Parágrafo único. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e empresariais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, quando for o caso;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber o objeto do contrato que esteja de acordo com as especificações contratadas e previstas no respectivo Edital da licitação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar o objeto contratual, em estrita observância ao instrumento convocatório, especialmente quanto ao discriminado no Projeto Básico – Anexo A e no Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão Presencial n.º/....., bem como na Proposta de Preços vencedora;
- b) realizar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro, deslocamentos, estadia e alimentação, dentre outros custos;
- c) assegurar a realização do objeto contratual por meio de pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observadas as normas emitidas pelas entidades profissionais pertinentes;
- d) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na respectiva licitação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução e no objeto contratual em si, sempre que a ela imputáveis;
- f) responder pelo objeto contratado, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) assegurar a correta e satisfatória prestação dos serviços contratados durante todo o período de validade da relação contratual estabelecida pelo presente instrumento;
- h) cumprir com todas as suas obrigações e encargos sociais e trabalhistas.



i) observar e dar cumprimento, no que couber, as determinações contidas na Lei Federal n.º 9.613/98 e suas alterações e, especificamente, na Resolução CFC n.º 1.445/2013, pelo que, desde já, a Câmara Municipal de Saquarema – RJ manifesta expressamente sua concordância e aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto contratual, seja total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do presente contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Poder Legislativo do Município de Saquarema – RJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Legislativo do Município de Saquarema – RJ.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades acima referidas é de competência exclusiva da CONTRATANTE.

Parágrafo segundo. A sanção prevista na alínea b desta cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do presente contrato, garantido o contraditório e a ampla e prévia defesa.

Parágrafo quarto. A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo a CONTRATADA do pagamento por eventuais perdas e danos causados pelas infrações cometidas.



Parágrafo quinto. Além das sanções administrativas acima descritas, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento), por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo sexto. A aplicação das sanções acima previstas são de competência exclusiva do(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) Presidente da Câmara Municipal de Saquarema – RJ, podendo (ressalvada a hipótese prevista na alínea d desta cláusula) ser delegada, por ato próprio, tal atribuição ao Chefe do Departamento de Administração, que submeterá oportunamente sua decisão à ratificação do Presidente da Casa Legislativa.

Parágrafo sétimo. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo oitavo. Será remetida ao setor ou departamento competente pela requisição ou solicitação e acompanhamento de compras e ou serviços da Câmara Municipal de Saquarema – RJ, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação à CONTRATADA a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários advocatícios, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com o prévio e expresse consentimento da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral da locação/execução/fornecimento do objeto contratual.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei Federal n.º 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Saquarema – RJ como o competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento contratual e de sua execução, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Saquarema, de de

MINUTA

(Aprovada pela
Assessoria Jurídica)



CÂMARA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – RJ

.....
Presidente

.....
CONTRATADA
CNPJ n.º

Testemunhas:
